



**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## **GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E RESISTÊNCIA FRENTE AO AVANÇO DA SOJA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SACO DAS ALMAS, MARANHÃO.**

**Sophia Moura Nogueira**

Universidade Estadual do Maranhão

**Laylson Madeira Campos**

Universidade Estadual do Maranhão

**Carlos Frederico Lago Burnett**

Universidade Estadual do Maranhão

### **Sessão Temática 13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência**

*Formado por sete comunidades localizadas nos municípios de Brejo e Buriti, Maranhão, o Território Quilombola de Saco das Almas tem área aproximada de 23.000 hectares e, desde o início do século XX, tem sofrido ocupações, primeiro de fazendeiros, atualmente do agronegócio, que ameaçam suas condições tradicionais de vida. Matas e cursos d'água, dos quais dependem as famílias para produção e extrativismo, sofrem com desmatamento e uso sistemático de agrotóxicos que prejudicam os recursos naturais com efeitos sobre plantações, rebanhos de pequenos animais e áreas de pesca. Fruto de projeto de pesquisa e extensão desenvolvido pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão voltado para o fortalecimento de redes de defesa territorial, este trabalho analisa os procedimentos comunitários de gestão das reservas de uso comum do Território que têm permitido o atendimento das necessidades familiares e assegurado a preservação secular das matas nativas do Cerrado, razões da resistência coletiva frente à expansão desenfreada do agronegócio monocultor que ameaça suas condições de bem viver.*

*Palavras-chave: Território Quilombola; Maranhão; Recursos Naturais; Resistência.*

### **MANAGEMENT OF NATURAL RESOURCES AND RESISTANCE TO THE ADVANCE OF SOYA IN THE QUILOMBOLA TERRITORY OF SACO DAS ALMAS, MARANHÃO.**

*Formed by seven communities located in the municipalities of Brejo and Buriti, Maranhão, the Quilombola Territory of Saco das Almas has an approximate area of 23,000 hectares and, since the beginning of the 20th century, has suffered occupations, first by farmers, currently in agribusiness, which threaten their traditional living conditions. Forests and watercourses, on which families depend for production and extractivism, suffer from deforestation and the systematic use of pesticides that harm natural resources with effects on plantations, herds of small animals and fishing areas. Resulting from a research and extension project developed by the Architecture and Urbanism Course of the State University of Maranhão aimed at strengthening territorial defense networks, this work analyzes the community management procedures of the Territory's common use reserves that have allowed the attendance of the family needs and ensuring the centuries-old preservation of native Cerrado forests, reasons for the collective resistance to the unbridled expansion of monoculture agribusiness that threatens their conditions of well-being.*

*Keywords: Quilombola Territory; Maranhão; Natural Resources; Resistance.*

## **GESTIÓN DE RECURSOS NATURALES Y RESISTENCIA AL AVANCE DE LA SOJA EN EL TERRITORIO QUILOMBOLA DE SACO DAS ALMAS, MARANHÃO.**

*Formado por siete comunidades ubicadas en los municipios de Brejo y Buriti, en Maranhão, el Territorio Quilombola de Saco das Almas tiene un área de aproximadamente 23.000 hectáreas y, desde principios del siglo XX, ha sido ocupado, primero por agricultores, actualmente en agronegocios, que amenazan sus condiciones de vida tradicionales. Los bosques y cursos de agua, de los que dependen las familias para la producción y el extractivismo, sufren la deforestación y el uso sistemático de plaguicidas que dañan los recursos naturales con efectos en las plantaciones, rebaños de animales menores y zonas de pesca. Resultado de un proyecto de investigación y extensión desarrollado por el Curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Estadual de Maranhão con el objetivo de fortalecer las redes de defensa territorial, este trabajo analiza los procesos de gestión comunitaria de las reservas de uso común del Territorio que han permitido la asistencia de las necesidades familiares y asegurar la preservación centenaria de los bosques nativos del Cerrado, motivos de resistencia colectiva a la expansión desenfrenada del agronegocio de monocultivos que amenaza sus condiciones de bienestar.*

*Palabras clave: Território Quilombola; Maranhão; Recursos Naturais; Resistência.*

### **1. Introdução**

O Território Quilombola de Saco das Almas formado por sete comunidades e possui aproximadamente 23.000 hectares onde residem cerca de 1.300 famílias e aproximadamente 5.200 pessoas. Nas palavras de Furtado e Muniz (2017) o território de Saco das Almas foi uma das primeiras experiências de reforma agrária no estado do Maranhão. No entanto, como alerta os autores, o que poderia ter sido a resolução de um conflito centenário entre expropriados e proprietários provocou situações de conflitos entre esses agentes sociais. Entre os anos de 1966 e 1975 foi realizado o processo de desapropriação e reforma agrária do território, gerando despejos, lutas e prisões de trabalhadores que cientes de seus direitos sobre o território não aceitavam as investidas dos proprietários que se recusavam a aceitar que as terras antes sob seu domínio seriam disponibilizadas para os seus agregados (FURTADO, MUNIZ, 2017).

A transformação, de um território tradicional de uso comum em campesinato parcelar realizado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), atual INCRA, mediante a distribuição de títulos de propriedades para os moradores, gerou segundo Furtado e Muniz (2017), uma desagregação das formas tradicionais de ocupação do território.

Desse modo, de posse do título definitivo da terra antigos proprietários e alguns assentados efetuaram a venda de lotes de terras, o que possibilitou a entrada de investimentos capitalistas no território, a exemplo do agronegócio da soja (FURTADO, MUNIZ, 2017). Assim, com a forte expansão da soja no contexto regional, tem-se o intrusamento de algumas áreas dentro de Saco das Almas pelos chamados gaúchos, trazendo diversos problemas para os camponeses que vivem nos povoados inseridos nesse território. Entre esses povoados destaca-se o de São Raimundo, também conhecido como comunidade Boa Esperança que, pelo observado em trabalho de campo, é o mais afetado de forma direta pela expansão da soja no município de Brejo. (ALMEIDA, 2017)

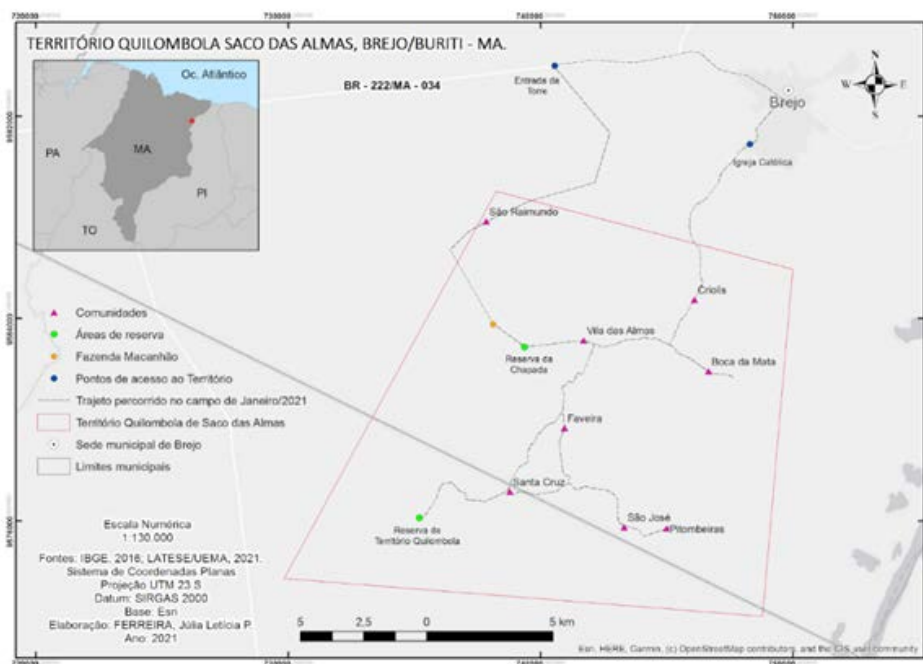
Os moradores possuem seu próprio modelo de autogestão das reservas de recursos naturais disponíveis no território de modo coletivo utilizando seus valores culturais e práticas tradicionais para garantir o desenvolvimento sustentável das comunidades e resistir ao avanço predatório do agronegócio monocultor. Além das formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2002) acionadas pelos camponeses no processo de luta pela permanência na terra frente à expansão do agronegócio da soja no município de Brejo, destaca-se ainda a forte atuação na região de importantes organizações que apoiam esses grupos na busca de seus direitos territoriais, como a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (SMDH), o Centro de Cultura Negra (CCN), A Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros.

Nesse contexto, a articulação dos camponeses com esses diferentes órgãos da sociedade civil torna-se uma importante bandeira de luta, a partir do momento que os problemas que atualmente enfrentam, assim como suas reivindicações, sobretudo as relacionadas ao avanço de determinadas atividades econômicas, a exemplo do agronegócio, possa alcançar um público mais amplo requerendo assim, a busca por soluções por parte dos diferentes poderes públicos. (ALMEIDA, 2017)

Este artigo, é referente à pesquisa desenvolvida a partir do plano de trabalho “Usos da Moradia nas Comunidades do Território Quilombola de Saco das Almas, Brejo e Buriti, Maranhão” e “Recursos Naturais Utilizados na Autoconstrução em Comunidades do Território Quilombola de Saco das Almas, Brejo e Buriti, Maranhão” integrantes do projeto de pesquisa e extensão “TRADIÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TECNOLOGIAS SOCIAIS: Redes de Conhecimento e Comunicação no Território Quilombola de Saco das Almas, Municípios de Brejo e Buriti, Maranhão”, desenvolvido pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) junto ao Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Sob a luz desses conceitos, pretendemos analisar como os moradores do Território Quilombola de Saco das Almas fazem a gestão dos recursos naturais necessários para a reprodução do seu modo de vida e construir frente a expansão do agronegócio monocultor no território.

## 2. Território Quilombola de Saco das Almas: Formação e Conflitos Territoriais

O Território Quilombola de Saco das Almas, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2004, é formado por sete comunidades, localizadas nos Municípios de Brejo (Vila das Almas, Faveira, São Raimundo/Boa Esperança, Criolis/Boca da Mata) e Buriti (Vila São José, Pitombeira e Santa Cruz), que possuem cerca de 23.000 hectares, onde residem 1.300 famílias e 5.200 pessoas (Figura 1). Os habitantes de Saco das Almas reivindicam seus direitos territoriais como descendentes de comunidades quilombolas. A origem do quilombo está relacionada à ocupação territorial e ao legado deixado por Capitão Timóteo. De acordo com Ayres (2002), em 1822, Timóteo teria ganhado as terras dos representantes do poder imperial por ter lutado no Rio de Janeiro pela Guerra da Independência. De lá voltando vitorioso com a campanha, sob determinação do Imperador e por meio de uma carta de sesmaria, recebeu do Prefeito de Brejo, Severino de Carvalho, a Data Saco das Almas como recompensa por seus serviços prestados.



**Figura 1.** Mapa do Território Quilombola Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA. ( Fonte: IBGE, 2016; LATESE/UEMA, 2021.

De acordo com Ayres (2002), três grandes grupos compõem o território quilombola. Os dois primeiros grupos podem ser agregados na categoria abrangente pretos, subdividida em patrícios e ex-agregados. Os patrícios, são identificados como legítimos detentores da terra conquistada pela luta do ancestral fundador, Timóteo. Foram eles os primeiros a se instalarem nas terras doadas ao seu ascendente. Os ex-agregados, são os “novos” pretos que chegaram a Saco das Almas em diversos momentos históricos. Ex-agregados é uma referência feita pelos pretos mais antigos, os patrícios, ao fato de que esses novos pretos vindos de diferentes lugares em busca de trabalho nas fazendas das famílias de proprietários, por exemplo, dos estados do Piauí e Ceará, se instalaram permanentemente nas terras de Saco das Almas. E, por fim, o terceiro grupo é composto pelos brancos, grandes fazendeiros, usurpadores da terra, muitos deles, são também denominados pelos quilombolas entrevistados como grileiros, que se opuseram diretamente ao território quilombola e passaram a agir de modo a desapropriar e combater de forma violenta os quilombolas.

Para caracterizar historicamente o conflito no território, é possível dividir a memória da desapropriação de terra em três fases, de acordo com o trabalho de Ayres (2002). A primeira caracterizada pela apropriação e demarcação de terras pelos brancos (1930); posteriormente, ocorre o leilão e “arrematação” das terras, marcado pela ação violenta de dominação do espaço (1942); a terceira, com a criação do Projeto de Assentamento Data Saco das Almas, pelo INCRA (1975). A primeira demarcação de Saco das Almas aconteceu na década de 1930, uma atualização dos novos “proprietários” do território, os brancos que afirmavam ali ter entrado por compra (FURTADO, MUNIZ, 2017). Salas (1998) menciona que para os primeiros habitantes de Saco das Almas, o processo de demarcação foi a primeira tentativa de expulsá-los e de se apossar da terra, usando a receptividade daqueles para depois lesá-los. Assim, após a demarcação e como forma de garantir a propriedade da terra, os chamados brancos utilizam formas mais violentas de expulsão dos antigos moradores. Ilegalmente repartido e leiloado, partes do território passaram a ser propriedade privada individualizada e, mediante perseguições e expulsões, muitos moradores migraram para outras áreas. Os que ali permaneceram enfrentaram cenários marcados pelo uso da violência e da exploração, submetidos ao regime do foro e cumprindo tarefas para os proprietários (SALAS, 1998). Além do pagamento pelo aluguel da terra, a imposição de trabalhos extras, denominados de mês de serviço, representava exigência a mais dos proprietários aos chamados agregados.

Vivendo durante anos sob as condições impostas pelos proprietários, havia entre as famílias uma forte esperança de reapropriação da terra. Desse modo, no ano de 1966, quando tomam conhecimento do lançamento da Semana da Reforma Agrária e aproveitando a visita do representante do então Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) à sede do município de Brejo, os moradores se apresentam e expõem sua história de sofrimento e usurpação do direito de propriedade da terra a qual se referem como legítimos donos (FURTADO; MUNIZ, 2017).

Com base na reivindicação dos moradores, entre 1966 e 1975, o governo brasileiro procedeu à desapropriação das terras de Saco das Almas, uma das primeiras experiências de reforma agrária no Maranhão. Em 2004, o território foi certificado pela Fundação Cultural Palmares e no seguinte foi protocolado no INCRA o processo 54230.003791/2004-87, referente a Comunidade Quilombola de Saco das Almas. Em 2012, o INCRA iniciou os trabalhos para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação e após a sentença da Ação Civil Pública deferida pela Justiça Federal para que o INCRA concluísse os estudos e procedimentos técnicos do RTID. Em 2015, ocorre a entrega do RTID ao INCRA.

No desenrolar dos acontecimentos, formas de lutas institucionalizadas que passam pela interação entre o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Centro de Cultura Negra do Maranhão e lideranças comunitárias, mediando a relação entre instituições

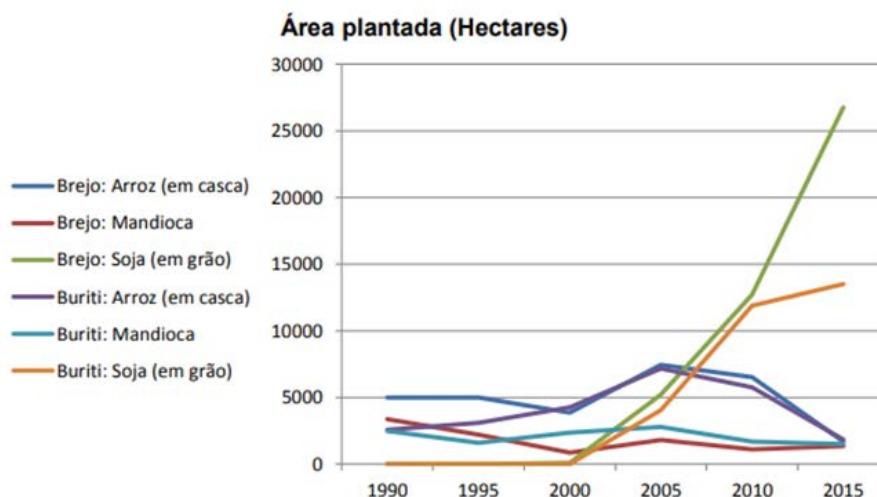
governamentais como o INCRA e outros setores na esfera do poder público, como poder judiciário, coexistem os conflitos em que fazendeiros e gaúchos defendem o direito à expansão de terras, se contrapondo àqueles que são considerados como quilombolas.

As greves, marchas e constantes exigências de “direito à terra” realizados pelas lideranças têm chamado a atenção para as grandes injustiças cometidas contra os quilombolas de Almas e contra outros grupos quilombolas da região. No entanto, para os autores, as tentativas de resolução do conflito centenário se reconfiguraram em novos embates entre segmentos sociais. A demora no processo de reconhecimento feito pelo INCRA se torna um dos fatores que contribuem com um estado de harmonia coercitiva no território, inclusive este é um dos efeitos da legislação que diz ser para proteger os povos tradicionais. Enquanto os quilombolas evitam iniciativas que possam levá-los ao embate com os fazendeiros e gaúchos até a oficialização do território. Estes últimos, realizam diversas ações em desrespeito aos trâmites do processo de reconhecimento, sendo limitados apenas pelas forças jurídicas através das vitórias da comunidade em ações movidas pelo Ministério Público Federal (MPF) (VIANA, 2019).

### **3. O Agronegócio e os Impactos Socioambientais em Saco das Almas**

Aos conflitos internos sofridos pelo Território de Saco das Almas, descritos no item anterior, se somaram ameaças externas oportunizadas por programas de integração regional, implementados mais fortemente a partir de 1970. No Maranhão, o processo de inserção do grande Capital no meio rural promoveu transformações na estrutura fundiária do espaço agrário, ganhando força e institucionalidade a partir da promulgação da “Lei de Terras do Maranhão” que, apoiada em financiamentos estatais, incentivou a concentração de terras em mãos de grandes empresas. Mas os avanços dos interesses capitalistas sobre os territórios tradicionalmente ocupados levaram à mobilização das comunidades em busca da permanência histórica, pela reprodução da memória, da espiritualidade, dos saberes, constituindo-se em caminhos autônomos e de resistência desses sujeitos.

Nos anos 1980, atividades agroflorestais e extrativas foram implantadas por grandes empreendimentos econômicos, como a Maranhão Gusa (MARGUSA); Marflora; a Suzano Papel e Celulose S/A, de São Paulo; e o Grupo Industrial João Santos, de Pernambuco, contando com o apoio da SUDENE (com o Fundo de Investimento do Nordeste) e incentivos do Programa Grande Carajás (especificamente no caso da Margusa), instalaram se na região com o objetivo de dar suporte à cadeia produtiva do carvão-ão e celulose no Estado. Porém, é a partir dos anos 1990 que o agronegócio se intensifica na região, período em que é instalado o cultivo da sojicultura na área, sendo o setor considerado como uma nova fronteira agrícola para a classe dominante (Gráfico 1). A soja, foi trazida pelos gaúchos advindos, principalmente da região sul do Estado, onde a tradição no plantio dessa monocultura havia sido saturada. Antes de 1970, a região era vista pelos centros dinâmicos da economia liberal do país e pelas capitais globais como um lugar isolado, longe, condenado ao atraso e ao insucesso (ESCOBAR, 2008). Porém, nos anos 1990, os gaúchos foram atraídos pela abundância e fertilidade, assim como pelo valor das terras disponíveis na região e pela falta de regularização fundiária do Estado.



**Figura 2.** Gráfico da área plantada com arroz, mandioca e soja nos municípios de Brejo e Buriti (1990 – 2015) (Fonte: SIDRA/IBGE.)

Saco das Almas está inserido no Leste Maranhense, que já foi também objeto de distintas classificações político-administrativa e destinada a diferentes apropriações econômicas. Essa área, que integra o bioma cerrado, embora possa ser considerada, em relação aos recursos ambientais aí existentes, uma área de transição entre caatinga e floresta amazônica já conheceu diferentes configurações em termos de suas fronteiras político-administrativas, assim como integrou distintas unidades de planejamento econômico ao longo do tempo (PAULA ANDRADE, et al, 2012).

Os grandes projetos e empreendimentos trazem a conseqüente ação predatória das formas de uso da terra e dos recursos naturais sobre os territórios. Ao longo das décadas, essa região tornou-se objeto de interesse dos que visam o capital. Contudo, além das populações tradicionais guardarem relações de memória com o local e possuírem afinidades históricas com muitos elementos espaciais daquele meio, em maior ou menor intensidade (o que somente pode ser verificado em cada caso empírico), elas também reagem, enfrentam e propõem alternativas de resistência em relação aos planos de modernização dos seus modos de vida (ESCOBAR, 2008; ALMEIDA, 1996).

A devastação provocada pela soja na região pode ser verificada visualmente, nas imagens (Figura 3) que registram a área de reserva, localizada entre as Comunidades de São Raimundo e Faveira, atualmente protegida graças à luta da população, e os campos de plantio de soja, verdadeiras máquinas de desertificação do ambiente.





**Figura 3.** Dinâmica do Território de Saco das Almas – MA. Fonte: ALMEIDA (2017).

Relatos dos moradores informam os impactos para o cotidiano das comunidades advindos com o agronegócio, desde as mudanças na criação de animais de médio e grande porte, impossibilitando de criar de animais como o porco, além do extrativismo animal e vegetal, atividades imprescindíveis enquanto fonte de alimento para esse grupo (ALMEIDA, 2017). O uso de fertilizantes e pesticidas, que são aplicados através de aviões monomotores, tem restringido a prática da pesca e são comuns surgimento de males nos galináceos, ainda criados soltos e por isso mesmo sem controle alimentar. A estas dificuldades, há que somar a degradação das tradicionais vias de circulação que ligam os povoados que, sem manutenção por parte do poder público em função das estradas abertas pelos grandes agricultores entre os campos para circulação de caminhões e colheitadeiras que trabalham no escoamento da produção de soja. Além disso, os quilombolas encontram dificuldade em acessar seus direitos de aposentadoria, auxílio a acidentes de trabalho e acesso ao crédito bancário.

Tais eventos ocasionados no Território Quilombola de Saco das Almas corroboram para a ameaça das condições de vida das comunidades que ali vivem, desde o momento que interferem em sua existência coletiva, modo de vida e territorialidade até o desmatamento de seus recursos naturais responsáveis pela produção de edificações, e meios de sobrevivência.

Relatos dos moradores informam os impactos para o cotidiano das comunidades advindos com o agronegócio, desde as mudanças na criação de animais de médio e grande porte, impossibilitando de criar de animais como o porco, além do extrativismo animal e vegetal, atividades imprescindíveis enquanto fonte de alimento para esse grupo (ALMEIDA, 2017). O uso de fertilizantes e pesticidas, que são aplicados através de aviões monomotores, tem restringido a prática da pesca e são comuns surgimento de males nos galináceos, ainda criados soltos e por isso mesmo sem controle alimentar. A estas dificuldades, há que somar a degradação das tradicionais vias de circulação que ligam os povoados que, sem manutenção por parte do poder público em função das estradas abertas pelos grandes agricultores entre os campos para circulação de caminhões e colheitadeiras que trabalham no escoamento da produção de soja (Figura 4). Além disso, os quilombolas encontram dificuldade em acessar seus direitos de aposentadoria, auxílio a acidentes de trabalho e acesso ao crédito bancário.



**Figura 4.** Desmatamento causada pelo agronegócio para plantio de soja no Território Quilombola Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA. Fonte: LATESE, 2021.

Tais eventos ocasionados no Território Quilombola de Saco das Almas corroboram para a ameaça das condições de vida das comunidades que ali vivem, desde o momento que interferem em sua existência coletiva, modo de vida e territorialidade até o desmatamento de seus recursos naturais responsáveis pela produção de edificações, e meios de sobrevivência.

#### **4. Recursos Naturais utilizados na autoconstrução do Território Quilombola de Saco das Almas**

Por recursos naturais entende-se “elementos da natureza que são úteis ao ser humano para cultivo, para a vida em sociedade, no processo de desenvolvimento da civilização, ou para sobrevivência e conforto da sociedade em geral” segundo Ferreira (1999). A partir deste entendimento podemos inferir que todos os objetos e produtos que são fabricados a partir da força de trabalho humana, são feitos através da matéria-prima extraída da natureza.

A presença da atividade de autoprodução dentro da comunidade tradicional é constante, visto que grande parte da população faz uso dos recursos naturais locais para a construção da sua moradia. Não há muita diferenciação para a escolha dos materiais, visto que eles prezam pela qualidade da matéria-prima e pelas maravilhas que o território oferece para uso próprio dos moradores. Nas informações disponibilizadas pelo Senhor Manoel (morador local que nos auxiliou na catalogação das informações aqui informadas no Quadro 1), pôde-se realizar um quadro etnobotânico, identificando os principais recursos naturais utilizados pelos moradores na comunidade e os seus usos frequentes na construção.

**Quadro 1.** Quadro de Recursos Naturais encontrados e informados no Território Quilombola de Saco das Almas na comunidade de São Raimundo. (Fonte: elaborado pelos autores).

<b>USO CONSTRUTIVO</b>	<b>RECURSO NATURAL</b>
Estrutural	Madeira do Bacurizeiro; Madeira da Faveira; Madeira da Aroeira; Pau D’arco; Madeira de Cedro; Madeira de Jatobá; Madeira da Ata.
Suporte de coberturas	Madeira do Bacurizeiro; Madeira da Faveira; Madeira da Aroeira; Pau D’arco; Madeira de Cedro; Madeira de Jatobá; Madeira da Ata; Madeira de Candeia.
Suporte de cercas	Madeira de Candeia.
Cobertura	Palha de Palmeira; Palha de Buriti
Vedação (Paredes)	Barro



Amarração	Cipó Verdadeiro (popularmente conhecido no território como Cipó Mourão de Curral); Cipó de Escada; Embiras do Buritizeiro; Palha do Buriti.
-----------	---

A Extração dos Recursos Naturais é uma prática recorrente na autoconstrução das moradias do Território Quilombola de Saco das Almas. Sendo esta executada preferencialmente por homens com 25 (vinte e cinco) anos ou mais, isto é explicado segundo o Sr. Manoel pois idades antecessoras a esta, o homem ou menino ainda está estudando e a prioridade sempre vai ser dos estudos nessa idade. No entanto, quando disponível e apto, pode ocorrer que alguns jovens com menos de 25 anos possam auxiliar em algumas tarefas nesse processo de extração. A força de trabalho identificada, é representada através de um sistema de trabalho conhecido como mutirão. Onde segundo Maricato (1982), este é sistematicamente baseado na cooperação dos indivíduos participantes, na retribuição de favores para desempenhar a mesma atividade e/ou em seus compromissos familiares.

Como dito por Marx (1968) e Arruda (2007), o homem é a própria natureza e ele faz o seu próprio modo de morar, a interação do homem vai muito além do indivíduo-casa, mas também expande-se ao território e a tudo que o mesmo pode lhe proporcionar de experiências. Saberes como estes de autoconstrução devem ser repassados de geração para geração, a fim de possibilitar interações sociais com a natureza ainda mais presente. O uso dos recursos naturais dentro do território é plural, como podemos ver nas imagens a seguir, varia desde a moradia até equipamentos públicos. A interação dos moradores com estes recursos é a mais direta possível. É a partir das diversas maravilhas que a natureza lhes oferece que conseguem construir o seu modo de morar, viver e resistir.



**Figura 5.** Casa de forno feita em taípe de mão em alpendre nos fundos de moradia. Comunidade Criolis/Boca da Mata, Território Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA. (Fonte: Latese, 2021)

## 5. A moradia no Território Quilombola de Saco das Almas

Para compreender a moradia no meio rural é necessário transpor a análise para além dos limites da casa construída; o quintal, o pomar e os anexos da casa são também espaços de vivência e de trabalho, pois a família é, a um tempo só, unidade de produção e de consumo.

Em Saco das Almas, as casas existentes costumam adotar a taipa de mão e o adobe como técnicas construtivas (Figura 6). De acordo com Moniz Filho (2018), as moradias foram inicialmente feitas a partir da técnica de taipa de mão e posteriormente foram feitas utilizando o bloco de adobe coberto com palha, material este extraído dos arredores do lote ou na própria região, sendo observado também que nas duas aplicações, tanto na taipa de mão quanto no adobe, as moradias assumem uma forma predominantemente retangular.



**Figura 6.** Casa de Adobe na Comunidade de Boa Esperança, Território Saco das Almas, Brejo/MA. (Fonte: Latese, 2021)

O espaço construído da casa, destinada à intimidade da família, ao preparo e ao consumo dos alimentos, se complementa e depende do terreno em que está implantada, onde são instalados os espaços de guarda e beneficiamento da produção da roça, os canteiros com temperos, os locais de banho e as instalações sanitárias. A sombra sob árvores frutíferas para socialização para as conversas de fim de tarde. É nos fundos da casa que também são criados atalhos e percursos para a casa de vizinhos e parentes, que passam despercebidos por um observador desatento.



**Figura 7.** Casa de Adobe na Comunidade de Boa Esperança, Território Saco das Almas, Brejo/MA. (Fonte: Latese, 2021)

De acordo com Moniz Filho (2018), ao observar as organizações internas das moradias analisadas em Saco das Almas, é possível perceber a sala como o ambiente de acesso. É o local de articulação entre os demais cômodos, onde recebem visitas e eventualmente descansam, em redes ou sofás, integrando junto com a varanda a parte de entrada do domicílio, sendo relevante à socialização dos moradores para com a comunidade. Os quartos são locais de recolhimento e

descanso, onde os moradores dormem em redes ou em camas, sendo este o ambiente que se encontra com mais frequência nas casas.

O mobiliário adotado nas moradias é simples, composto predominantemente de mesas de madeira ou plástico, assim como cadeiras de madeira ou plástico. Encontra-se televisão, conjunto de sofás na sala, nos quartos pode ser observado a presença de camas e guarda-roupas, além de armários e eletrodomésticos, como geladeira e fogão.

A cozinha costuma ser localizada aos fundos da casa, possuindo relação direta com o quintal, tanto nos afazeres domésticos quanto no trabalho, a aproximação entre esses espaços sugere a necessidade dos moradores de facilitar o fluxo entre a produção de alimentos na roça e o seu preparo na cozinha. Nesse cômodo podemos encontrar o fogão feito com barro e lenha, e a realização das principais atividades produtivas do quintal, tais como a quebra do coco babaçu, secagem do arroz e preparação da mandioca para fabricação de farinha. Ainda é possível observar a presença de duas cozinhas, uma para receber os móveis destinados àquele ambiente, mesas, cadeiras, armários.

No quintal, encontram-se os canteiros para o cultivo de verduras e legumes e as roças; as árvores frutíferas, destinadas ao consumo familiar; o jirau, próximo à cozinha para auxiliar as tarefas de preparo de alimentos e lavagem dos pratos e roupas; a casa de banho; casa de farinha (figura 8); a casa do fogão de barro, para o preparo de alimentos; o chiqueiro e o galinheiro, destinados ao alojamento dos porcos e frangos criados pela família. Em terrenos compartilhados entre os familiares, é comum perceber o uso coletivo das edificações. Sendo assim, os usos relacionados às moradias em Saco das Almas estão relacionados com as funções que Arruda (2007), atribui ao quintal da morada camponesa: A casa-quintal é, ao mesmo tempo, chão de morada e terra de plantio. Externa a ela, tem a área de cultivo de subsistência, que garantirá a reprodução da família, as árvores, a horta, as demais unidades físicas, o banheiro, o galinheiro, a casa de outros membros da família e ainda os diversos atalhos que ligam o lote a outras imediações do sítio (ARRUDA, 2007, p. 80).



**Figura 8.** Casa de farinha, Território Saco das Almas, Brejo/MA. (Fonte: Latese, 2021)

Segundo Woortmann (1982), qualquer casa, em qualquer sociedade, é, além de um espaço de moradia, também um espaço simbólico-ritual, e este espaço transmite uma mensagem ideológica. Tanto no mundo urbano quanto no rural a casa é, antes de mais nada, o domínio do privado. Por isso mesmo, da família. Numa primeira aproximação, então, a casa como um todo se opõe à cidade, à rua, e no campo ao “exterior” não necessariamente nomeado. Logo, é possível fazer uma associação com o contexto de conflitos territoriais em Saco das Almas, onde as moradias camponesas no território representam o modo de viver e morar, sua existência coletiva, e uma relação harmônica com a natureza, em oposição aos ideais predatórios e individualistas do agronegócio que invadem seus territórios.

## 6. Gestão dos recursos de uso comum no Território Quilombola de Saco das Almas

De acordo com o Decreto Federal nº 6.040/2007, uso e a ocupação dos territórios quilombolas ou terras de quilombo e dos recursos naturais é a condição básica para a reprodução cultural, social e econômica dos povos quilombolas. Os valores culturais são a base para a formação de uma identidade coletiva sobre o território, a qual é fator crucial pela opção de se adotar um modelo particular de desenvolvimento firmado nas especificidades e complexidades culturais dos sujeitos/atores sociais locais (LEFF, 2017). O Decreto Federal nº 6.040/2007 discorre, também, sobre a organização social dentro de áreas protegidas como as comunidades e territórios quilombolas, o uso e manejo dos recursos naturais, o monitoramento permanente da disponibilidade destes recursos, as novas alternativas de manejo, o diálogo contínuo com a comunidade, a compreensão da problemática ambiental dentro de um contexto socioeconômico, histórico e cultural que podem proporcionar à comunidade local, desenvolvimento de forma sustentável garantindo qualidade de vida e o exercício da cidadania. As relações estratégicas que estas comunidades mantêm com o meio natural provém da relação entre a sociedade e a natureza firmada com apossamento coletivo do território e uso e manejo dos recursos naturais como condição para a sobrevivência grupal (CASTRO, 2006). A apropriação dos recursos se dá por meio do conhecimento coletivo e socialmente construído, gerado e transmitido pela tradição (BRASIL, 2007), denominado de conhecimento tradicional.

A apropriação e o uso dos recursos naturais geram impactos no meio ambiente. Como o conceito de impacto vem sendo pensado de forma neutra, as alterações podem ser positivas e/ou negativas, dependendo da orientação ou da lógica adotada para a exploração de um determinado recurso natural no tempo e no espaço (BECKER, 1982). As consequências para o recorte territorial podem ser positivas se a exploração obedecer a princípios éticos e respeitar as leis da natureza e a capacidade de resiliência dos recursos (LEFF, 2017), isto é, as dinâmicas naturais do território. E, pode ser igualmente nociva caso estas questões sejam ignoradas.

A racionalização entendida como a otimização na exploração, uso e aproveitamento dos recursos, depende de instrumentos de gestão eficientes para garantir que as dinâmicas de uso e manejo dos recursos naturais respeitem a capacidade de resiliência do meio ambiente, ou seja, não afetem negativamente a disponibilidade dos recursos permitindo sua recomposição (VALOR ECONÔMICO, 2018).

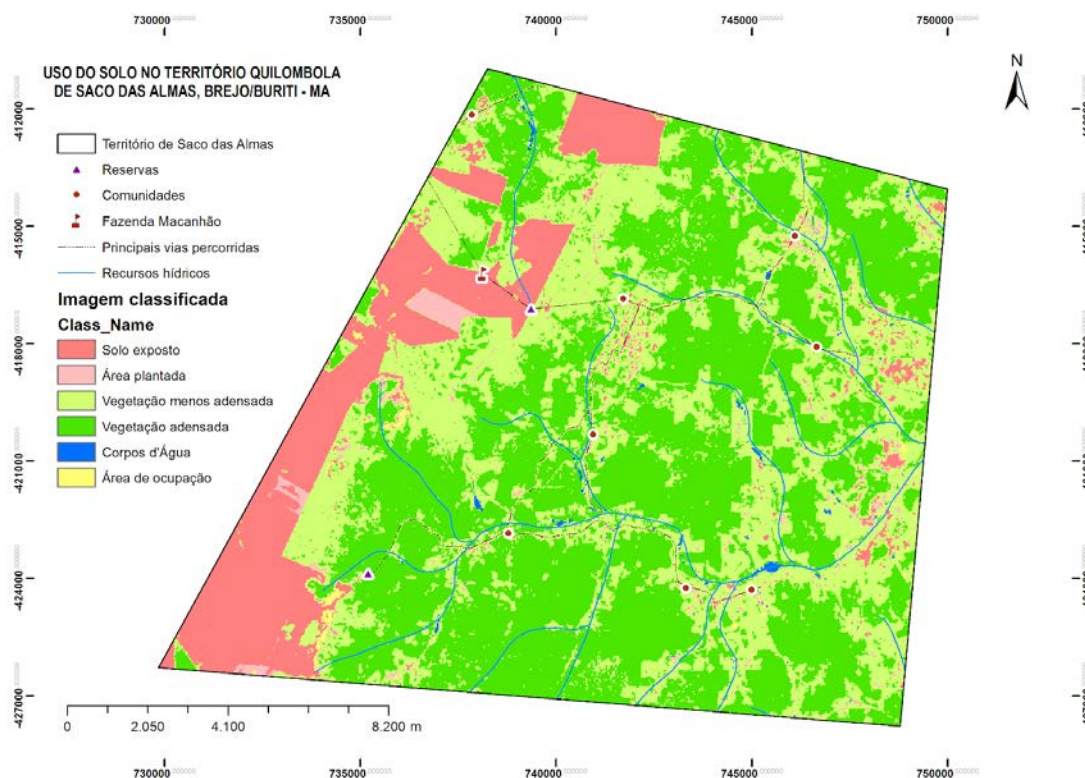
As práticas sociais e os processos produtivos das coletividades/comunidades estão diretamente relacionados a características ou fatores circunstanciais, como: a estrutura funcional dos ecossistemas nos espaços ocupados por uma formação social, a distribuição territorial dos solos nesses espaços, a condição climática e as espécies da fauna e da flora e a dinâmica dos ciclos naturais do recorte territorial em questão (LEFF, 2017). Em se tratando de povos e comunidades tradicionais, essa influência do meio caracteriza seu modo de vida, sua cultura, a evolução dos seus processos produtivos, as formas de subsistência, de ocupação do território e de uso dos recursos. Assim, o aproveitamento do meio natural por grupos humanos culturalmente diferenciados, pode ser interpretado como um aproveitamento étnico e se faz por laços culturais, mas não significa dizer que estejam livres das formas de dominação da racionalidade econômica do mercado.

O modelo de exploração promovido pelo mercado provoca uma disfunção entre as formas de exploração dos recursos e a sua capacidade de recomposição inibindo o uso ecologicamente equilibrado e sustentável. A eliminação da vegetação do Cerrado para dar lugar à monocultura da soja que, com o uso sistemático de agrotóxicos tem levado à perda de plantações e criações de pequenos animais, ameaçando também recursos naturais com os quais produzem suas casas e demais construções predominantemente edificadas com terra e madeira. Este empreendimento afeta o ambiente, o modo e condições de reprodução de vida do grupo.

Todavia, destaca-se aqui a importância da produção e apropriação dos conhecimentos e práticas tradicionais, dos saberes e dos valores culturais dos povos e comunidades tradicionais



para gerar um modelo alternativo que valorize a autogestão dos recursos produtivos, por um processo de gestão coletiva/participativa da sociedade sobre os recursos disponíveis, com vistas a garantir desenvolvimento sustentável para os sujeitos/atores sociais envolvidos. Outro aspecto importante a ser observado é a capacidade de resiliência dos recursos, ou seja, a sua regeneração ou recomposição mediante exploração econômica por uma racionalidade produtiva, no tempo e no espaço. Neste sentido, Leff (2017, p. 77) argumenta que a exploração dos recursos por forças produtivas diversificadas deve estar assentada “sobre bases de sustentabilidade ecológica, equidade social e diversidade cultural”.



**Figura 9.** Mapa uso do solo no Território Quilombola de Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA. (Fonte: LATESE, 2021)

As áreas de reserva do território quilombola são a Reserva da Chapada entre a comunidade São Raimundo e Vila das Almas e a Reserva do Território de Saco das Almas próximo a comunidade Santa Cruz. São áreas que ainda conservam vegetação nativa em quase sua totalidade, porém, pode-se notar, em alguns pontos, a supressão dessa vegetação para se erguer edificações ou para desenvolver atividades produtivas. A manutenção da cobertura vegetal das áreas de preservação permanente constitui um desafio para a comunidade quilombola, principalmente na defesa dos recursos hídricos e da biodiversidade dos ecossistemas locais.

Dentre outras justificativas apontadas pelas comunidades para conquistar seu direito territorial, tem-se o uso indiscriminado dos recursos naturais. Em reuniões com o órgão gestor, realizado em 02 de março de 2012, idosos deram depoimentos que antes das cercas e das fazendas dos “gaúchos” havia muito pequi, muito bacuri, muito cajuí na Chapada... Hoje se observa solos sem cobertura vegetal nativa, transformados em grandes campos de soja comercializadas em comodities.





**Figura 10.** Reserva no Território Quilombola de Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA. (Fonte: LATESE, 2021)

A proteção dos corpos de água, isto é, dos recursos hídricos na comunidade quilombola de Saco das Almas têm sido objeto de debates entre as lideranças locais. O receio quanto ao uso de herbicidas nas lavouras e a conversão da vegetação de APP no núcleo povoado central caracterizam dois problemas com os quais a comunidade necessita mitigar soluções de interesse coletivo.

O potencial hídrico do território é considerável, entretanto carece de proteção das nascentes dos rios e riachos para que o mesmo seja mantido. O rio Buriti faz extremo em boa parte do território ao oeste e ao norte. Além deste tem o riacho do Boi Morto que nasce no território Saco das Almas e é um dos principais afluentes do Buriti. Existem outros importantes riachos que estão localizados na área designada para reserva legal, a saber: riacho do Sítio e riacho da Santa Cruz que recebe inúmeros tributários desaguando na lagoa Escalvado que alimenta, por sua vez, o rio Parnaíba, sendo este limite da divisa entre o Maranhão e Piauí. Daí, a necessidade de preservar suas nascentes localizadas na área destinada à reserva. (FURTADO, 2014)

As áreas de roças feitas com o conhecimento tradicional (corte-queima-pousio) podem ser observadas nas encostas, o que caracteriza ambientalmente uma prática não recomendável. Existem em alguns morros e encostas extensas áreas de babaçu. Esse tipo de vegetação é bastante comum em áreas de vales onde os solos são mais úmidos. É possível observar a regeneração da vegetação em algumas nascentes, o que caracteriza uma relativa consciência ambiental por parte da comunidade. Após extensa reunião com a comunidade e suas lideranças, foi definida primeiramente na carta e depois em campo a área destinada a reserva que é de 20% do território segundo a legislação ambiental. A área destinada a Reserva está localizada em um ambiente de vegetação de cerrado em bom estado de conservação, morros e as principais nascentes que drenam grandes extensões do território e deságuam na lagoa Escalvado que é tributária do rio Parnaíba, como dito anteriormente. (FURTADO, 2014)

A apropriação dos recursos naturais nas terras do quilombo é feita com base em um modelo agro-extrativista de exploração dos recursos disponíveis no território sob seus domínios, típico de povos e comunidades tradicionais. As atividades produtivas em Saco das Almas estão voltadas para a garantia do alimento diário dos habitantes locais, isto é, para a subsistência. Uma parte ínfima dessa produção é comercializada nas cidades próximas. As roças de mandioca, milho e arroz; a coleta de frutos, de sementes e de plantas medicinais e ornamentais; a caça e a pesca fazem parte do cotidiano da população local.

Ambientalmente o território quilombola do Saco das Almas encontra-se de certa forma preservado, haja vista que existem muitos topos de morros o que dificulta a prática da agricultura em extensas áreas, forçando-os a praticar em suas encostas o que ambientalmente não é permitido e, portanto, deve ser revisto. Em muitas áreas já não existe mais o uso da queimada nos plantios, como alternativa usa-se o arado que ambientalmente agride menos. As áreas destinadas para o plantio são escolhidas de forma prévia e consciente para não prejudicar o meio ambiente, como nos foi relatado pelos moradores. O problema maior são as extensas áreas de fazendas de soja que agridem o ambiente com defensivos agrícolas, alimentando o agronegócio e excluindo os verdadeiros donos da terra. (FURTADO, 2014)

Antigos moradores do território de Saco das Almas, idosos afirmam em depoimentos que antes das cercas e das fazendas dos “gaúchos” havia muito pequi, muito bacuri, muito cajuí na Chapada... Hoje se observa solo sem cobertura vegetal nativa, transformados em grandes campos de soja comercializadas em commodities. (FURTADO, 2014)

Dessa forma, a monocultura de soja no território, o cercamento dos corpos d'água e a poluição de suas nascentes têm colocado em risco a manutenção da reprodução física, cultural e política das comunidades que construíram suas territorialidades secularmente.

## 7. Considerações Finais

A comunidade quilombola de Saco das Almas é formada por pequenos produtores rurais, lavradores ou agricultores descapitalizados que trabalham a terra e produzem em minifúndios chamados de roças, cuja produção está voltada para a subsistência do grupo quilombado e sua força de trabalho vem do núcleo familiar.

Infelizmente, o modo de vida dos quilombolas está comprometido pela eliminação da vegetação para dar lugar à monocultura da soja, e uso sistemático de agrotóxicos, levando à perda de plantações e criações de pequenos animais, ameaçando também recursos naturais com os quais produzem suas casas e demais construções predominantemente edificadas com terra e madeira.

A expansão do agronegócio no território de Saco das Almas afeta o ambiente, o modo e condições de reprodução de vida do grupo. Exemplo disso, é que a área sob controle dos quilombolas vem sendo reduzida por conta do plantio dessa monocultura em grande escala. Nesse espaço, assim como em outros locais do Maranhão e do Brasil, vem ocorrendo a transformação da natureza – o que tem causado enormes problemas ambientais e de produtividade. De um lado, está à sobrevivência das famílias que historicamente vivem naquela área e que dependem das terras para assegurar a reprodução material de seus membros; de outro, o pretense proprietário, especialmente o gaúcho, que deseja continuar explorando a terra mediante os interesses do mercado e de uma elite externa minoritária, sobrepondo-se aos interesses das comunidades locais e seus modos de vida (VIANA, 2018).

O modelo de exploração promovido pelo mercado provoca uma disfunção entre as formas de exploração dos recursos e a sua capacidade de recomposição inibindo o uso ecologicamente equilibrado e sustentável. A eliminação da vegetação do Cerrado para dar lugar à monocultura da soja que, com o uso sistemático de agrotóxicos tem levado à perda de plantações e criações de pequenos animais, ameaçando também recursos naturais com os quais produzem suas casas e demais construções predominantemente edificadas com terra e madeira. Este empreendimento afeta o ambiente, o modo e condições de reprodução de vida do grupo.

A proposta de uma gestão democrática, comunitária, coletiva e participativa (LEFF, 2017) mostra-se promissora com o objetivo de garantir desenvolvimento de forma sustentável à comunidade. Desse modo, a autogestão dos recursos constitui um instrumento com grande potencial para assegurar aos habitantes locais, possibilidades reais de geração de renda e

emprego e melhoria das condições de vida, as quais são indispensáveis para se alcançar a justiça social e o exercício da cidadania.

## 8. Referências

ALMEIDA, Juscinaldo Goes. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo, Maranhão**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço "concebido" e o espaço "vivido" da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês**. 2007.

AYRES, G. M. J. M. **Pretos, brancos e agregados em Saco das Almas**. 141 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BURNETT, F. L. **Tradição, Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias Sociais: Redes de Conhecimento e Comunicação no Território Quilombola de Saco das Almas, Municípios de Brejo e Buriti, Maranhão**. Projeto de pesquisa e extensão. Edital Fapema 2018 Redes Territoriais.

BRASIL. Decreto Federal nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidade tradicionais. **Diário Oficial da União, seção I, de 8 de fevereiro de 2007, p. 316**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6040-7-fevereiro-2007-550693-publicacaooriginal-66733-pe.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CASTRO, Edna. Terras de preto entre rios e igarapés. In: **Belém de águas e ilhas**. CASTRO, Edna (org.), Belém: CEJUP, 2006.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: place, movements, life, redes**. Durham: Duke University Press, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

FURTADO, M. L. S. **A alma da mangueira e suas raízes de sofrimento**. (Relatório Antropológico do território quilombola Saco das Almas). São Luís: 2014

FURTADO, Marivânia Leonor S.; MUNIZ, Sérgio César C. **Processos de "regularização" étnico fundiárias e as estratégias de lutas quilombolas no Maranhão**. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Brasília – DF, 2017, p. 1-20. Disponível em: <<http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-epostertrab-aceito-1420-1.pdf>>. Acesso em: 11.07.2021.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2017

MARICATO, Ermínia. **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. 02a edição, São Paulo (SP), editora Alfa-Omega, 1982. p. 71-81.

MARX, Karl. **Ökonomisch-philosophische Manuskripten**. MEW 40. Berlin: Dietz Verlag, 1968.

MONIZ FILHO, Manoel Fernando. **Autoconstrução: A moradia de descendentes de quilombolas na Microrregião de Chapadinha**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

SALAS, Celecina de Maria Veras. **Os descendentes de Timóteo. Lutas camponesas e interferência do Estado numa terra de preto em conflito, no Baixo Parnaíba, MA**. Mestrado

em Políticas Públicas, Cadernos de Práticas de Pesquisa, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1998.

NOGUEIRA, S. M. **Usos da Moradia nas Comunidades do Território Quilombola de Saco das Almas, Brejo e Buriti, Maranhão.** Plano de trabalho. Programa Institucional de Iniciação Científica UEMA/PIBIC - CNPq/UEMA/FAPEMA

VIANA, Keliane da Silva. **A terra prometida ainda é promessa: conflitos ambientais e territoriais em Saco das Almas.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

WOORTMANN, Klaas. **Casa e Família Operária.** Anuário Antropológico/80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982. p.119-150